

GT 11 – Informação e Saúde

MAPEAMENTO DOS ARTIGOS SOBRE PRONTUÁRIOS DO PACIENTE NA BASE DE DADOS EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

MAPPING OF ARTICLES ON PATIENT MEDICAL RECORDS IN THE INFORMATION SCIENCE DATABASE

Valdineide dos Santos do Amaral – Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Milton Shintaku - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict)
Jóice Cleide Cardoso Ennes Souza - Universidade Federal Fluminense (UFF)

Modalidade: Resumo Expandido

Resumo: Este estudo mapeia os artigos sobre prontuários médicos na área da Ciência da informação, utiliza o termo “prontuário” como filtro na base de dados em ciência da informação (BRAPCI), considerando aspectos da cientometria. A pesquisa é descritiva com abordagem quali-quantitativa e obteve como palavras-chave mais frequentes “prontuário eletrônico do paciente” e “prontuário do paciente”. Os resultados mostram que o tema ainda é recente na área, indicando um campo promissor para pesquisas. No entanto, o cenário é desafiador, pois envolve questões éticas, jurídicas e interdisciplinaridade com áreas como informática, administração e direito.

Palavras-chave: prontuário; cientometria; Ciência da Informação.

Abstract: This study maps articles on medical records in the field of Information Science, using the term “medical record” as a filter in the Information Science Database (BRAPCI), considering scientometric aspects. The research is descriptive with a qualitative-quantitative approach and identified the most frequent keywords as “electronic patient record” and “patient record.” The results indicate that the topic is still recent in the field, suggesting a promising area for research. However, the scenario is challenging, as it involves ethical, legal, and interdisciplinary issues related to fields such as computer science, administration, and law.

Keywords: medical record; scientometrics; Information Science.

1 INTRODUÇÃO

Os prontuários desempenham um papel fundamental na documentação e no acompanhamento da trajetória clínica dos pacientes. Além de serem essenciais para a assistência médica, esses registros também possuem relevância para pesquisa, ensino e gestão em saúde, tornando-se objetos valiosos para diversas áreas do conhecimento. Na ciência da informação, por exemplo, os prontuários são estudados sob a ótica da organização,

recuperação e análise de dados. Isso permite que informações contidas nesses documentos sejam utilizadas para mapeamento de tendências, avaliação de serviços e desenvolvimento de novas metodologias de pesquisa. Dessa forma, compreender a produção científica sobre prontuários médicos nesse campo contribui para ampliar o conhecimento sobre sua aplicabilidade e impacto além do contexto clínico.

Prontuário é um termo polissêmico, sendo amplamente usado no campo das ciências médicas para designar um documento que registra o histórico do paciente. A origem da palavra é latina, “*promptuarium*”, para denominar um lugar onde se armazenavam coisas para serem facilmente recuperadas, ou seja, derivada de “*promptus*”, que significa tornar visível. Dessa forma, esse termo foi amplamente utilizado nas ciências médicas para nomear o documento relacionado ao paciente.

Nesse sentido, no âmbito da medicina, o Conselho Federal de Medicina (CFM), por meio da sua resolução nº 1.638 de 9 de agosto de 2002, define o prontuário médico como:

[...] o documento único constituído de um conjunto de informações, sinais e imagens registradas, geradas a partir de fatos, acontecimentos e situações sobre a saúde do paciente e a assistência a ele prestada, de caráter legal, sigiloso e científico, que possibilita a comunicação entre membros da equipe multiprofissional e a continuidade da assistência prestada ao indivíduo (Brasil, 2002).

Nessa mesma resolução, considera-se que o prontuário é um instrumento valioso também para o ensino, pesquisa e para os serviços públicos de saúde. Entretanto, como relatam Araújo, Rechmann e Magalhães (2019), esses registros clínicos são amparados intrinsecamente pelo sigilo profissional e ético, podendo, no entanto, ser flexibilizados perante a permissão dada pelo paciente de forma oficial. Apesar de o prontuário ser de responsabilidade do médico, ele pertence ao paciente.

Por essa razão, os prontuários são complexos em vários aspectos, incluindo sua composição, o conteúdo que registram e as questões éticas relacionadas ao seu uso para fins de ensino e pesquisa. Nesse caminho, é indiscutível que os prontuários são objetos informacionais importantes nas pesquisas, inclusive em outras áreas do conhecimento, além da saúde, principalmente para as áreas interdisciplinares como a ciência da informação.

Embora seja um tema complexo e não “resolvido” pesquisas acerca desse objeto informacional não são recentes. Diante disso, é importante explicar a mudança relacionada à nomenclatura do termo, que deixou de ser “prontuário médico” para passar a ser “prontuário do paciente”. Essa alteração não se deu por uma escolha semântica, mas pela compreensão

de que as informações contidas no prontuário são propriedade do paciente. Ou seja, embora os documentos sejam produzidos pelos médicos e pelas equipes multiprofissionais, eles surgem em função da assistência ao indivíduo, e as informações são um resultado desse atendimento. Assim, cabe à instituição de saúde somente a custódia desses dados.

Essa perspectiva é sustentada por diversos marcos legais e normativos. A Resolução Conarq nº 22/2005 já antecipava o entendimento do prontuário como propriedade do paciente, ressaltando a responsabilidade da instituição de saúde pela guarda, conservação, controle e disponibilização do documento para o atendimento. Corroborando esse entendimento, a Resolução CFM nº 1.821/2007 afirma que, independentemente do suporte, o prontuário é propriedade física da instituição de saúde, mas o acesso é garantido ao paciente. Já a Lei nº 13.787/2018, que trata da digitalização e do uso de sistemas informatizados para a guarda, armazenamento e manuseio do prontuário, deixa claro que o documento é do paciente, cabendo à instituição a gestão eficiente, proteção e sigilo.

A adoção do termo “prontuário do paciente” expressa o reconhecimento do cidadão no papel central do sistema de saúde. Além disso, reforça uma nova lógica de custódia, em que o prontuário deixa de ser apenas um dossiê de registros dos profissionais de saúde para passar a ser entendido como um documento que narra os processos clínicos desenvolvidos, com valor legal, informacional e histórico.

Diante do exposto, o objetivo do presente estudo é mapear os artigos sobre prontuários do paciente na área da ciência da informação, de forma a obter um cenário sobre o tema, com aspectos cobertos pela cientometria. Com isso, pretende-se amparar pesquisas futuras, apresentando informações do cenário das pesquisas sobre o assunto, apresentando a produção brasileira sobre o tema na área da ciência da informação, que possui linhas de pesquisa em informações em saúde.

2 PRONTUÁRIOS COMO OBJETO INFORMACIONAL

A Resolução CFM nº 1.638/2002 estabelece uma lista sucinta de itens obrigatórios para compor o prontuário do paciente. No entanto, a Instrução Normativa AN nº 2, de 27 de dezembro de 2023, emitida pelo Arquivo Nacional, detalha regras mais específicas para a composição dos prontuários, definindo uma lista ampliada de trinta e seis registros obrigatórios. Quando os prontuários são documentos digitais, sua organização depende do sistema informatizado para registro. Entre os aspectos importantes a destacar, estão as

finalidades do prontuário voltadas ao ensino, à pesquisa e aos serviços públicos de saúde, constituindo também um instrumento de defesa legal. Quanto à gestão, o prontuário deve ser administrado pelo profissional ou instituição responsável pela sua produção, guarda, preservação e eventual eliminação.

Nesse contexto, pode-se compreender o prontuário como um objeto informacional, dado o seu conteúdo, conforme definição contida na Resolução CFM nº 1.638/2002. Complementando essa perspectiva, Marteleto (1995) defende que os processos de criação, distribuição e consumo são fundamentais para a formalização dos objetos informacionais, alinhando-se com as normas estabelecidas pelo decreto. Acrescentando a esse ponto, Brascher e Café (2008), ressaltam que objetos informacionais requerem metadados que representem os seus atributos essenciais. Alinha-se a esse entendimento que, para que um prontuário seja utilizável para fins de ensino e pesquisa, é necessário que ele receba um tratamento técnico adequado para se tornar uma unidade de informação organizável (também denominada objeto informacional) como discutido por Santos, Neves e Albuquerque (2020).

Ainda segundo Gualdani e Galvão (2020), o prontuário deve ser entendido como um objeto informacional complexo. Na ciência da informação, tal documento hospitalar pode ser estudado sob várias facetas. Produzido por equipes multiprofissionais e composto por uma diversidade de documentos, apresenta diversos desafios para estudo na perspectiva da ciência da informação, demandando uma abordagem ampla que considere todas as suas características informacionais.

3 METODOLOGIA

A pesquisa é de caráter descritivo e de abordagem quali-quantitativa, seguindo as trilhas da cientometria, adaptando-as ao objetivo de mapear os artigos sobre prontuários do paciente na área da ciência da informação. Mesmo que originalmente a cientometria tenha sido criada para verificar o avanço das ciências, pode ser adaptada a outros estudos, incluindo questões governamentais e para temas específicos (Silva; Bianchi, 2001).

Para a coleta de dados, foi utilizada a Base de Dados em Ciência da Informação¹ (Brapci) por ser especializada na área da ciência da informação, como defendido por Bufrem *et al.* (2010). Para tanto, utilizou-se o argumento de pesquisa simples “prontuário” para

¹ <https://brapci.inf.br/home>

recuperar o máximo de respostas, de forma a criar um corpus para análise composto pelos trabalhos relacionados ao tema. A busca de artigos sobre o tema foi realizada em 03 de maio de 2025.

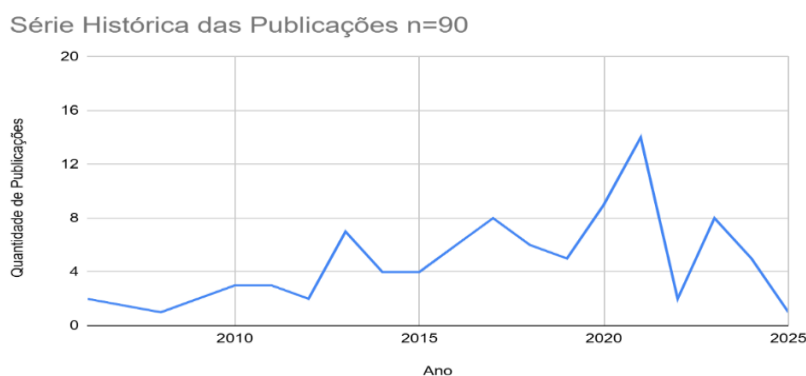
A análise seguiu orientações cientométricas baseadas na produtividade temporal, de autores, revistas que mais publicam, palavras-chave e outros. Complementa o estudo a classificação dos trabalhos conforme as categorias propostas por Galdani e Galvão (2020), de modo a possibilitar a verificação de como a ciência da informação está estudando os prontuários, e quais as categorias mais estudadas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A coleta inicial recuperou 119 trabalhos, mas com alguns problemas como a duplicação ou registros cujos *links* não remeteram ao texto completo. Em todos os casos foram descartados, criando uma base com 90 artigos. A duplicidade de registros e outros problemas na Brapci foram identificados em outros estudos, conforme relatado por Miguel e Costa (2024), Sambo *et al.* (2024) e Santos-D'Amorim e Côrbo (2024), entre outros. Portanto, o descarte de alguns trabalhos era esperado.

A série histórica revela que os estudos sobre prontuários são novos na ciência da informação, com o primeiro trabalho datado de 1998, tratando de microfilmagens em hospitais. Entretanto, somente a partir de 2006 os trabalhos começaram a serem efetivamente publicados, com pico em 2021. O Gráfico 1 apresenta a série histórica sobre a publicação dos artigos, eliminando o trabalho de 1988, visto que somente a partir de 2006, efetivamente tem início a publicação contínua sobre o tema.

Gráfico 1 - Série histórica dos trabalhos publicados sobre prontuário, sem o trabalho publicado em 1988.

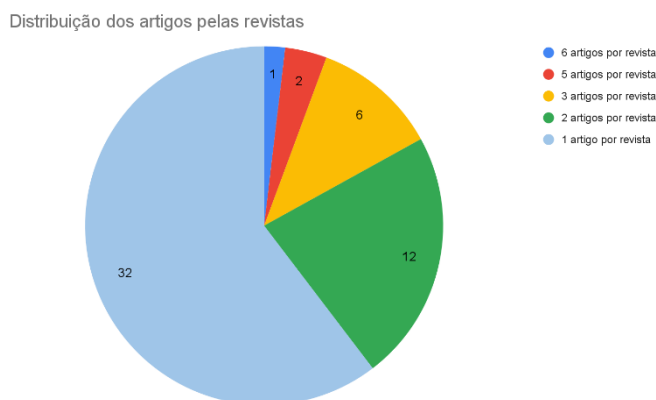


Fonte: Elaborado pelos autores

A grande quantidade de trabalhos publicados em 2021 sobre prontuários pode ter sido influenciada pela pandemia causada pelo vírus Sars-Cov 2, iniciada no final de 2019, como relatado por Lins *et al.* (2021). Assim, revela-se que os estudos envolvendo prontuários na ciência da informação seguiram, pelo menos no período de 2020 e 2021, a tendência das publicações da saúde. Entretanto, pode-se inferir que os resultados ainda são tímidos, revelando oportunidades para estudos.

A publicação dos artigos pelas publicações, nota-se quase uma distribuição bibliométrica no que diz respeito a estratos e ao famoso Princípio de Pareto, os 80/20, no qual 80% de todos os artigos estão publicados em 20% das revistas, adaptação do princípio. Assim, nota-se que mais de 80% das revistas ou anais publicaram um ou dois artigos sobre o tema, distribuídos em 53 revistas ou anais de eventos (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Distribuição dos artigos pelas revistas



Fonte: Elaborado pelos autores

No que se refere às revistas que publicam os artigos sobre prontuário de paciente, a revista que se destaca é a Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde (RECIIS), publicada pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), interdisciplinar, mas com viés para informação em saúde. Tanto que Silva e Azevedo (2019) apresentam uma grande diversidade de tópicos relacionados à saúde, publicados pela RECIIS, com base em estudos métricos.

A autora que se apresenta como mais produtiva é a doutora Virgínia Bentes Pinto, professora titular da Universidade do Ceará, participante de diversos projetos de pesquisa que

possuem os prontuários de paciente como um dos focos (Quadro 1). Entretanto, grande parte dos autores, como era de se esperar, possuem apenas um trabalho publicado sobre o tema.

Quadro 1 – Autores mais produtivos

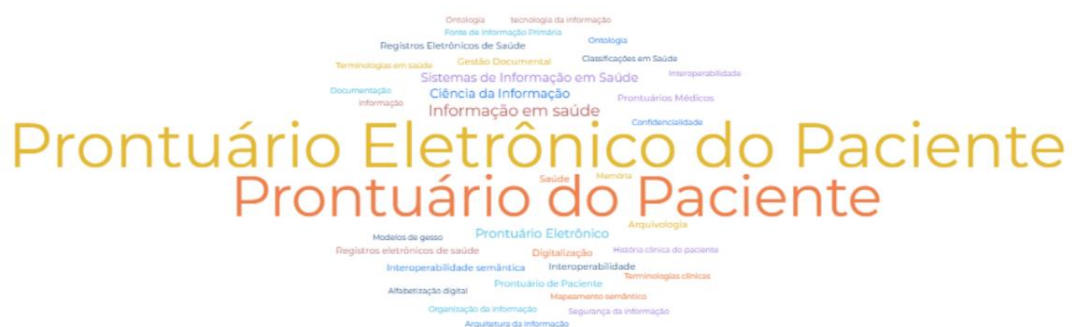
| Autores | Contagem de Publicações |
|----------------------------------|-------------------------|
| Virgínia Bentes Pinto | 9 |
| Beatriz Rosa Pinheiro dos Santos | 5 |
| Amanda Damasceno de Souza | 5 |
| Francisca Rosaline Leite Mota | 5 |
| Maurício Barcelos de Almeida | 5 |

Fonte: Elaborado pelos autores

Esse resultado, seguindo a lei de Lotka sobre os autores mais produtivos, revela que três autores (cerca de 1,75%) produziram quase 22% dos trabalhos, configurando o estrato mais alto. Nesse ponto, Lotka (1926) relata que autores que publicam apenas um artigo sobre algum tema compreendem mais ou menos em 60%, mas nesse caso foi de 76%, como era esperado.

Quanto às palavras-chave mais utilizadas nota-se algumas variações complementares tendo como base o termo “prontuário” (Figura 1). Mesmo que a base seja “prontuário”, grafada de forma única, a palavra-chave mais utilizada é “prontuário eletrônico do paciente”, seguida de “prontuário dos pacientes”, podendo ser físico ou digital.

Figura 1 – Variações complementares do termo “prontuário”



Fonte: Elaborado pelos autores

De forma terminológica, “prontuário” é um termo geral, que ganha especificidade com a adição de várias características como: prontuário médico, prontuário eletrônico, prontuário do paciente, e assim por diante. De certa forma, pode-se dizer que a digitalização afetou os estudos, na medida em que o termo mais utilizado nas palavras-chave tem essa relação “prontuário eletrônico do paciente”, que possivelmente está contido em algum sistema informatizado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo encontra-se em fase preliminar e não busca responder a todas as questões relevantes acerca do prontuário. Entretanto, pode-se inferir que esse tema constitui campo fértil para pesquisas na área de Ciência da Informação, embora seu cenário seja desafiador, devido às questões éticas e jurídicas envolvidas, além da interdisciplinaridade requerida, que abrange áreas como informática, administração, direito, entre outras.

O mapeamento cientométrico proposto não contempla todas as formas possíveis de análise em relação às publicações sobre o tópico prontuário. Ele limita-se a algumas variáveis que atendem ao objetivo específico do estudo, apresentando quantitativos referentes à evolução temporal e à produtividade científica, relacionados à cientometria. Dessa forma, embora o estudo não seja exaustivo, oferece um panorama inicial sobre investigações relacionadas ao tema.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ana Thereza Meireles; RECHMANN, Itanaina Lemos; MAGALHÃES, Thayná Andrade. O sigilo do prontuário médico como um direito essencial do paciente: uma análise a partir das normativas do Conselho Federal de Medicina. **Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário**, Brasília, DF, v. 8, n. 1, p. 95-109, 2019. DOI: 10.17566/ciads.v8i1.517. Disponível em: <https://www.cadernos.prodisa.fiocruz.br/index.php/cadernos/article/view/517>. Acesso em: 9 maio 2025.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Instrução Normativa nº 2, de 27 de dezembro de 2023. Dispõe sobre a composição dos prontuários de pacientes no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 28 dez. 2023. Disponível em: <https://www.editoraroncarati.com.br/v2/Diario-Oficial/Diario-Oficial/INSTRUCAO-NORMATIVA-AN-N%C2%BA-002-DE-27-12-2023.html>. Acesso em: 5 maio 2025.

BRASCHER, Marisa; CAFÉ, Lígia. Organização da informação ou organização do conhecimento? *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9.,

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

2008, São Paulo. **Anais** [...] São Paulo: ANCIB, 2008. Disponível em: [https://skat.ihmc.us/rid=1KR7TM7S9-S3HDKP-5STP/BRASCHER%20CAF%C3%89\(2008\)-1835.pdf](https://skat.ihmc.us/rid=1KR7TM7S9-S3HDKP-5STP/BRASCHER%20CAF%C3%89(2008)-1835.pdf). Acesso em: 5 maio 2025.

BRASIL. Lei nº 13.787, de 27 de dezembro de 2018. Dispõe sobre a digitalização e a utilização de sistemas informatizados para a guarda, o armazenamento e o manuseio de prontuário de paciente. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 249, p. 3, 28 dez. 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13787.htm. Acesso: 5 maio 2025.

BUFREM, Leilah Santiago; COSTA, Francisco Daniel de Oliveira; GABRIEL JUNIOR, Rene Faustino; PINTO, José Simão de Paula. Modelizando práticas para a socialização de informações: a construção de saberes no ensino superior. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, maio 2010. DOI: 10.1590/S1413-99362010000200003. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/23631>. Acesso em: 5 maio 2025.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM). Resolução nº 1.638, de 10 de julho de 2002. Define prontuário médico e torna obrigatória a criação da Comissão de Revisão de Prontuários nas instituições de saúde. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 153, p. 184-185, 9 jul. 2002. Disponível em: https://sistemas.cfm.org.br/normas/arquivos/resolucoes/BR/2002/1638_2002.pdf. Acesso em: 8 maio 2025.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM). Resolução nº 1.821, de 11 de julho de 2007. Aprova as normas técnicas concernentes à digitalização e uso dos sistemas informatizados para a guarda e manuseio dos documentos dos prontuários dos pacientes. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 252, 23 nov. 2007. Disponível em: https://sistemas.cfm.org.br/normas/arquivos/resolucoes/BR/2007/1821_2007.pdf. Acesso em: 6 maio 2025.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). Resolução nº 22, de 30 de junho de 2005. Dispõe sobre as diretrizes para a avaliação de documentos em instituições de saúde. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 1 jul. 2005. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/resolucoes-do-conarq/resolucao-no-22-de-30-de-junho-de-2005>. Acesso em: 7 maio 2025.

GUALDANI, Fabrício Amadeu; GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa. Perspectivas da ciência da informação sobre o prontuário do paciente. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 11, n. 2, p. 142-161, 2020. DOI: 10.11606/issn.2178-2075.v11i2p142-161. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/175005>. Acesso em: 9 maio 2025.

LINS, Rosane Abdala; ASSEF NETO, Rosângela Cordeiro de Souza; SILVA, Cicera Henrique da; GUIMARÃES, Maria Cristina Soares. Coronavírus: um panorama sobre a colaboração científica internacional do Brasil ao longo da história. **RECIIS: Revista Eletrônica de Comunicação Informação & Informação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 4, 2021. DOI:

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

10.29397/reciis.v15i4.2398. Disponível em:
<https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/2398>. Acesso em: 9 maio 2025.

LOTKA, Alfred J. The frequency of distribution of scientific productivity. **Journal of the Washington Academy of Sciences**, Washington, DC, v. 16, n.12, p. 317-323, June 1926. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/pdf/24529203.pdf>. Acesso em: 12 maio 2025.

MARTELETO, Regina Maria. Cultura informacional: construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social. **Ciência da informação**, Brasília, DF, v. 24, n. 1, 1995. DOI: 10.18225/ci.inf.v24i1.613. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/613>. Acesso em: 9 maio 2025.

MIGUEL, Marcelo Calderari; COSTA, Rosa da Penha Ferreira da. 'Imagem' como descritor e construto na análise bibliométrica: o exercício de olhar a Brapci, a produção científica e a realidade sensível. **Discursos Fotográficos**, Londrina, v. 21, n. 36, p. 10-33, 2024. DOI: 10.5433/1984-7939.2024v21n36p10. Disponível em: <https://www.ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/discursosfotograficos/article/view/47112>. Acesso em: 9 maio 2025.

SAMBO, Acia Domingos Cumbane; MACUCULE, Augusto Júnior; VALENTIM, Marta Lígia Pomim; WOIDA, Luana Maia. Diversidade conceitual do termo "inteligência" no campo da Ciência da Informação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 14, n. 2, p. 113-134, 2024. DOI: 10.22478/ufpb.2236-417X.2024v14n2.69423. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc/article/view/69423>. Acesso em: 9 maio 2025.

SANTOS, Raimunda Fernanda dos; NEVES, Dulce Amélia de Brito; ALBUQUERQUE, Maria Elizabeth Baltar Carneiro de. Análise documentária e semântica discursiva: contributos para o tratamento temático de objetos informacionais. In: FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; ALVES, Roberta Caroline Vesu; ALMEIDA, Carlos Cândido de (org.). **Modelos de leitura documentária para indexação**: abordagens teóricas interdisciplinares e aplicações em diferentes tipos de documentos. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020, p. 117-138. DOI: 10.36311/2020.978-65-86546-07-1.p117-138. Disponível em: https://ebooks.marilia.unesp.br/index.php/lab_editorial/catalog/download/163/492/2303?inline=1. Acesso em: 5 maio 2025.

SANTOS-D'AMORIM, Karen; CÔRBO, Dayo de Araújo Silva. O que os estudos sobre desinformação na Ciência da Informação brasileira têm a nos dizer? **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 29, p. e-51376, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-5344/51376>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/Y39v9JGzD4THq8Wx8F9WS3J/?format=pdf>. Acesso em: 9 maio 2025.

SILVA, Angelina Pereira; AZEVEDO, Frederico Tomás. Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde (Reciis): tendências da produção do conhecimento. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

INFORMAÇÃO, 28, 2019, Vitória. **Anais** [...]. Vitória: FEBAB, 2019, p. 1-4. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/cbbd2019/issue/view/13>. Acesso em: 9 maio 2025.

SILVA, José Aparecido da; BIANCHI, Maria de Lourdes Pires. Cientometria: a métrica da ciência. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 11, p. 5-10, 2001. DOI: 10.1590/S0103-863X2001000200002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/8mL9rKKQgL4vydsrZfZLbcr/>. Acesso em: 5 maio 2025.